

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES UNIVERSITÁRIAS LGBTQIA+

ISADORA COSTA^{1,2*}, BRÍGIDA DA PENHA FERRAZ³, INAIA APARECIDA DE ALMEIDA⁴, EDUARDA LUIZA MACIEL DA SILVA⁵, JONATAN PELLENZ⁶, GIOVANI ROPELATO⁷, KELI REGINA DAL PRÁ⁸, CLÁUDIO CLAUDINO DA SILVA FILHO⁹

1 Introdução

No Brasil, a violência contra a mulher é considerada uma das grandes questões da contemporaneidade e apesar dos progressos já alcançados, muito empenho ainda é necessário para alteração da realidade atual. Esse fato pode ser visualizado pelo crescente número de vítimas, principalmente quando se refere a mulheres LGBTQIAPN+, pelas lacunas nas notificações, que desconsideram informações quanto à identidade de gênero e orientação sexual das vítimas e pelo silenciamento e camuflagem dessas violências em determinados

¹ Técnica em Desenvolvimento de Sistemas, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7155-4619>. E-mail: isadora.c412@gmail.com

² Grupo de Pesquisa em Educação Popular e Formação em Saúde e Enfermagem (EDUFES)

³ Médica formada pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0288-8763>. E-mail: brigidaferraz00@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5607-7887>. E-mail: inaia_almeida@hotmail.com

⁵ Bacharel em Enfermagem e Mestranda em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1757-5559>. E-mail: eduardaluizamds@gmail.com

⁶ Bacharel em Enfermagem e Mestrando em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5367-4987>. E-mail: jonatanznnn@gmail.com

⁷ Mestre em Mecatrônica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (PMPM/IFSC), Especialista em Metodologias do Ensino Superior e EAD pela Faculdade FAEL, Graduado em Engenharia de Controle e Automação pela UNISociosc. Professor e Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5035-3158>. E-mail: giovani.ropelato@ifsc.edu.br

⁸ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Departamento de Serviço Social, nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social e no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), *Campus* Florianópolis-SC. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1470-7811>. E-mail: keli.regina@ufsc.br

⁹ Pós-Doutorando em Serviço Social com Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 20/2024, e Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Pedagogia, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (Mestrado Acadêmico), e Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (Mestrado Profissional) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5961-9815>. E-mail: claudio.filho@uffs.edu.br, Orientador(a).

espaços sociais (Lima *et al.*, 2020; Carvalho; Laguardia; Deslandes, 2022). Ao se tratar das instituições de ensino superior, é preciso considerar que, apesar do propósito de transformação da realidade social, as mesmas ainda configuram-se como espaços onde são reproduzidas hierarquias de gênero, binarismo e inferiorização e hostilização, de maneira implícita ou explícita, daqueles que destoam da heterocisnormatividade. Entretanto, apesar do conhecimento desses fatos, a violência contra mulheres nas universidades, principalmente de mulheres LGBTQIAPN+, permanece como uma discussão silenciada e camuflada que carece atenção devido a sua recorrência, subnotificação e consequências.

2 Objetivos

O objetivo geral é reconhecer as violências perpetradas contra mulheres universitárias LGBTQIAPN+.

3 Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semi estruturado, através do recurso *Google Forms*®, e os dados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo, proposto por Bardin. Participaram da pesquisa 34 mulheres universitárias, matriculadas em seis diferentes instituições de ensino superior, sendo três de âmbito privado e três públicas, localizadas nas regiões sul, sudeste e nordeste do país. O presente estudo consiste em um subprojeto que integra o projeto de pesquisa guarda-chuva intitulado “As pessoas Trans e seus itinerários no Sistema Único de Saúde (SUS): em busca do Direito de (re)existir”. O projeto foi aprovado em 02/09/2019 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), parecer nº 3.547.323, CAAE nº 19369019.8.0000.5564.

4 Resultados e Discussão

A análise dos resultados possibilitou a construção de três categorias, por meio das quais os dados foram apresentados e discutidos. Na primeira categoria denominada “realidade enfrentada pelas mulheres universitárias LGBTQIAPN+ no contexto estudantil”, foi constatado que 67,6% das participantes já sofreram algum tipo de violência, sendo as mais

frequentes a psicológica e moral. No entanto, em relação ao sentimento de estarem seguras dentro do *campus*, 67,6% também responderam que se sentem seguras, gerando, à princípio, uma contradição que pode ser explicada pela banalização de alguns tipos de violência, como a psicológica e a moral. Por se tratar de formas mais sutis e silenciosas de violências, que não deixam marcas físicas no corpo e se diluem no contexto social, esses tipos de violência acabam passando uma falsa sensação de segurança para as vítimas. Tais formas de violência se enquadram como violência simbólica (Moretti-Pires; Vieira; Finkler, 2022), uma prática baseada em mecanismos que naturalizam representações ou ideias dominantes nos espaços sociais, impondo sua “aceitação”.

No que diz respeito ao agressor, os principais relatos obtidos citavam alunos do mesmo curso, seguido de professores, alunos de outros cursos, desconhecidos e outro funcionário da instituição de ensino, nesta ordem. A sala de aula foi considerada o local mais violento. Ao relacionar os dados quanto ao local com maior predomínio de violências e os autores da violência, entende-se que os docentes são responsáveis por grande parte delas, principalmente ao se tratar da violência simbólica, pois muitos desses profissionais trazem toda a influência da moralidade social para dentro das salas de aula. Já, na segunda categoria, “realidade das instituições de ensino superior brasileiras”, foi possível constatar que a precariedade de políticas e ações de intervenção ainda é uma realidade em grande parte das instituições de ensino brasileiras e que o sentimento das universitárias é de desamparo. Quando as entrevistadas foram questionadas sobre o conhecimento da existência, em suas respectivas instituições de ensino, de algum serviço direcionado ao enfrentamento da violência e ao suporte às vítimas, “não sei/desconheço/não faço ideia/acho que não/nunca ouvi falar/não possui” foram as afirmações mais recorrentes. Já, acerca da atitude da vítima após ter sofrido a violência, foi visto que “não contei a ninguém” e “não fiz nada” foram as colocações mais frequentes.

A afirmação de que “não vale a pena denunciar” também apareceu em algumas falas. Essas constatações vão ao encontro do levantamento realizado pelo Intercept Brasil (2019), no qual das 122 universidades procuradas, a maioria não possuía políticas internas estruturadas para este fim, mas apenas poucas diretrizes abstratas, sem protocolos específicos (Sayuri; Sicuro, 2019). Perante os dados levantados, é mandatório reconhecer que tais conflitos enfrentados pelas mulheres LGBTQIAPN+ dentro das instituições de ensino impedem a criação de um sentimento de acolhimento e de pertencimento. Causam, também, repercussões diversas em decorrência de uma vivência permeada por medo e sofrimento, como depressão,

ansiedade, baixa autoestima, abuso de drogas e aumento do risco de suicídio. Tais situações, muitas vezes, interferem no desempenho acadêmico resultando, até mesmo, na evasão universitária, o que demonstra a urgência de mudança dessa realidade. Por fim, na categoria “o que as mulheres universitárias LGBTQIAPN+ esperam das instituições de ensino”, foi visto que, apesar da situação atual, as estudantes ainda acreditam que as universidades possam assumir seus papéis de promotoras de mudanças sociais.

Para isso, elas esperam que as instituições acolham as vítimas, criem protocolos para condução dos casos, punam os agressores e implementem projetos educativos voltados à desconstrução do preconceito. As principais propostas apontadas pelas participantes foram: atividades educativas, acolhimento e apoio psicológico e criação de protocolos para atender, encaminhar, denunciar e punir. Em relação às expectativas, acredita-se que as instituições de ensino superior, além de implementarem serviços bem estruturados para o atendimento das demandas já citadas, precisam se posicionar, fazer uso do potencial inerente a elas, por atuarem na formação cidadã, para promover e ampliar a implementação de práticas inclusivas, combater a falta de informação e o estigma, mobilizando seu corpo docente e discente para o combate ao preconceito e à violência lgbtqia+fóbica.

5 Conclusão

Conhecer a realidade enfrentada pelas mulheres LGBTQIAPN+ nas instituições de ensino superior é primordial para que debates sejam realizados e mudanças implementadas. Nessa perspectiva, acredita-se que este estudo possa colaborar com a mudança dessa realidade ao dar visibilidade ao problema e ao estimular a mobilização dos representantes das universidades brasileiras para que se posicionem efetivamente contra a desinformação, preconceito e, principalmente, contra a violência. Espera-se também oferecer um direcionamento para as universidades, que ao conhecer os anseios do seu público, possam se adequar para melhor acolhê-lo. Além disso, sugere-se que as instituições ainda com ações incipientes sobre o enfrentamento do preconceito e da violência utilizem como exemplo as políticas e ações adotadas por instituições que já avançaram nesse aspecto. Dessa forma, espera-se que a permanência digna se torne parte da realidade do direito à educação que vem sendo conquistado pelas populações historicamente invisibilizadas em nosso país.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, E. F. M.; LAGUARDIA, J.; DESLANDES, S. F. Sistemas de informação sobre violência contra mulheres: uma revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 27, n. 04, p. 1273-1287, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.08722021>.

LIMA, R. R. et al. Violência contra as mulheres na universidade: uma discussão silenciada. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33398>.

MORETTI-PIRES, R. O.; VIEIRA, M.; FINKLER, M. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e200662pt, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022200662pt>.

SAYURI, J.; SICURO, R. Abusos no campus. **The Intercept Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Universidades; Violência contra a Mulher.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2023-0570

Financiamento



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina



GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), EDITAL Nº 74/GR/UFGS/2023, número de registro no sistema de projetos PRISMA/UFGS PES-2023-0570; e Bolsa de Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFGS), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 20/2024.